



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**PROCESSO Nº: 34/2026 – SEMED**



**UNIDADE REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Educação – SEMED.



**ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ANUAL**

Conforme informação constante do Documento de Formalização da Demanda nº 34/2026, não houve elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) para o Município de Vitorino Freire/MA no exercício de 2026. Ainda assim, a demanda decorre de planejamento de compras alinhado à Lei Orçamentária Anual vigente, às necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação e às obrigações assumidas no Termo de Compromisso nº 202002960-1, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, destinado à conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, Município de Vitorino Freire/MA.



**SERVIDORES RESPONSÁVEIS**

José Ramires do Vale Mecnas, matrícula n. 3059, CPF n. 605.681.633-89

Reginaldo Ferreira do Nascimento, matrícula n. 1216, CPF n. 852.142.483-34



**PROBLEMA RESUMIDO**

O principal problema identificado consiste na necessidade de concluir a construção da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, no Município de Vitorino Freire/MA. A obra foi iniciada no âmbito do Termo de Compromisso nº 202002960-1 e, após a execução aproveitável de 36,05% registrada no SIMEC, teve o contrato anterior distratado amigavelmente, permanecendo a necessidade de contratação de empresa especializada para executar os serviços remanescentes e entregar a unidade educacional em condições plenas de funcionamento.

A ausência de nova contratação tende a prolongar a paralisação, expor os serviços já executados à deterioração, comprometer a boa aplicação dos recursos federais e municipais, manter pendente a prestação de contas junto ao FNDE e impedir que a população receba os benefícios da nova unidade de educação infantil. O problema, portanto, não reside na escolha de uma nova metodologia construtiva, mas na definição da forma juridicamente adequada para concluir o objeto já pactuado, conforme projeto padrão FNDE, peças orçamentárias atualizadas e exigências de controle aplicáveis.

**1. INTRODUÇÃO**

Este documento foi elaborado em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. O presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento da contratação e busca atender ao interesse público envolvido, identificando a solução mais adequada para a necessidade administrativa descrita, relacionada à execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, no Município de Vitorino Freire/MA, vinculada ao Termo de Compromisso nº 202002960-1, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA NECESSIDADE**



A Secretaria Municipal de Educação – SEMED possui necessidade institucional de dar continuidade e concluir a implantação de unidade de educação infantil no Município de Vitorino Freire/MA, consistente na construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, localizada no Bairro Oseas Castro. A demanda está diretamente relacionada à ampliação da oferta de vagas na educação infantil, à proteção do investimento público já realizado e ao cumprimento das obrigações assumidas perante o FNDE no Termo de Compromisso nº 202002960-1.

A intervenção contempla especificamente a execução dos serviços remanescentes da Creche Pré-Escola Tipo 1, ID nº 1101656, cuja obra apresenta percentual executado aproveitável de 36,05% do contrato anterior, conforme registro extraído do SIMEC. O projeto padrão FNDE possui área construída aproximada de 1.317,99 m<sup>2</sup> e área de ocupação de 1.514,30 m<sup>2</sup>, com capacidade de atendimento de até 376 crianças em dois turnos ou 188 crianças em período integral, conforme Memorial Descritivo do Projeto Proinfância Tipo 1.

A situação identificada decorre da paralisação da obra e do distrato amigável do contrato anterior, circunstância que exige a instauração de novo procedimento licitatório para contratação de empresa especializada. A permanência da obra sem conclusão pode causar deterioração de elementos já executados, aumento de custos futuros, perda de eficiência do investimento, riscos ao canteiro e postergação dos benefícios educacionais esperados pela comunidade local.

A necessidade foi formalizada no Documento de Formalização da Demanda nº 34/2026, no qual a unidade requisitante registrou a necessidade administrativa de executar as intervenções remanescentes previstas no projeto técnico, em atendimento às obrigações assumidas pelo Município perante o FNDE. A contratação não constitui nova concepção de obra, mas medida necessária para concluir empreendimento educacional já pactuado, observando projeto padrão, memorial descritivo, planilha orçamentária atualizada, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos.

Ressalta-se que a obra anterior foi objeto de contrato administrativo firmado a partir do Processo Administrativo nº 14/2020/SINFRAL e da Tomada de Preços nº 12/2020, tendo havido posterior distrato amigável. De acordo com os registros do SIMEC, o percentual executado aproveitável do contrato anterior corresponde a 36,05%, enquanto o contrato atual consta com 0% executado, evidenciando a necessidade de nova contratação para execução dos serviços remanescentes.

Verifica-se que o objeto pretendido possui aderência direta às atribuições da Secretaria Municipal de Educação, pois envolve a conclusão de unidade escolar destinada à rede municipal de ensino, com impacto direto na oferta de vagas e nas condições de atendimento da educação infantil. A intervenção busca concluir a unidade escolar, preservar a funcionalidade do projeto FNDE, atender às normas técnicas aplicáveis, viabilizar a prestação de contas e assegurar que a edificação seja entregue em condições adequadas de uso.

Soma-se a esse cenário a relevância social da Creche Pré-Escola Tipo 1 para o Bairro Oseas Castro e para a rede pública municipal de ensino. A unidade educacional permitirá ampliar a oferta de vagas, melhorar as condições de atendimento às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, apoiar as famílias e fortalecer a política pública de educação infantil, razão pela qual a conclusão da obra atende a finalidade pública relevante e concreta.

O valor estimado da contratação corresponde a R\$ 3.152.415,08 (três milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quinze reais e oito centavos), conforme planilha orçamentária atualizada integrante do processo, elaborada com referência SINAPI com desoneração 03/2026, CPOS 04/2026, ORSE 02/2026, SEINFRA 028, BDI de 27,13% e encargos sociais de 98,31% e 58,66%.



Dessa forma, a necessidade administrativa ora identificada consiste em assegurar a execução de obra de engenharia capaz de concluir a Creche Pré-Escola Tipo 1, mediante execução de serviços remanescentes de administração local, serviços preliminares, fundações e superestrutura remanescentes, vedações, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, instalações elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão, serviços complementares, limpeza final e demais elementos previstos nas peças técnicas.

Portanto, a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar revela-se medida indispensável para avaliar o cenário atual, dimensionar corretamente o objeto remanescente, examinar a forma de contratação mais adequada, verificar a vantajosidade da solução, definir requisitos mínimos e estruturar contratação capaz de garantir eficiência, economicidade, qualidade técnica, segurança jurídica, sustentabilidade e adequada aplicação dos recursos vinculados ao Termo de Compromisso nº 202002960-1.

### **3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Requisitos gerais da necessidade**

3.1.1. A solução a ser posteriormente definida deverá atender à necessidade pública de conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, Município de Vitorino Freire/MA, observando a natureza do problema identificado, consistente na paralisação do empreendimento, no distrato do contrato anterior e na necessidade de execução dos serviços remanescentes.

3.1.2. Considerando que se trata de obra já iniciada e parcialmente executada, a futura solução deverá priorizar a conclusão do objeto pactuado, respeitando o projeto padrão FNDE, as peças técnicas aprovadas, o percentual executado aproveitável de 36,05% e a necessidade de compatibilizar os serviços remanescentes com o que já foi executado.

3.1.3. A futura solução deverá observar a vinculação ao Termo de Compromisso nº 202002960-1, ao projeto aprovado, ao plano de aplicação, às peças técnicas que integram o processo administrativo e às exigências do FNDE, assegurando que a intervenção preserve a finalidade pública pactuada e permita adequada execução, medição, fiscalização e prestação de contas.

3.1.4. A obra pretendida deverá estabelecer condições adequadas de uso, segurança, acessibilidade, salubridade, funcionalidade, durabilidade, conforto ambiental e atendimento educacional, sem descaracterizar o projeto padrão FNDE, salvo quando eventual ajuste for tecnicamente necessário, formalmente justificado e autorizado pela fiscalização competente.

#### **3.2. Requisitos de caracterização da intervenção em obra remanescente**

3.2.1. A futura solução deverá partir do reconhecimento de que o objeto corresponde à conclusão de obra pública já iniciada, e não à contratação de nova concepção arquitetônica ou de metodologia construtiva alternativa. Assim, a intervenção deverá ter natureza de execução de serviços remanescentes, recuperação de eventuais elementos deteriorados, compatibilização técnica e entrega final da unidade educacional.

3.2.2. A solução deverá considerar diagnóstico prévio das condições atuais do canteiro e dos serviços já executados, contemplando a identificação de elementos aproveitáveis, inconformidades, deteriorações, interferências, pendências de acabamento, instalações a concluir, serviços de recomposição e demais condições tecnicamente constatáveis.

3.2.3. A intervenção deverá ser compatível com os elementos já executados e aproveitáveis da obra, evitando demolições, substituições ou retrabalhos desnecessários, devendo ser priorizada a execução de soluções previstas no projeto e compatíveis com a segurança, a durabilidade, a funcionalidade e a prestação de contas do empreendimento.

3.2.4. Quando houver necessidade de recomposição, substituição ou complementação de elementos construtivos, a solução deverá observar padrão compatível com o projeto aprovado, especialmente quanto a materiais, dimensões, acabamento, resistência, funcionalidade, acessibilidade, segurança contra incêndio, instalações prediais e integração entre sistemas.



3.2.5. A solução deverá evitar a adoção de metodologias construtivas estranhas, experimentais ou incompatíveis com o projeto padrão FNDE. A análise de mercado, nesta fase, deverá concentrar-se na forma de contratação, uma vez que a metodologia construtiva, o partido arquitetônico e os parâmetros técnicos já se encontram definidos nas peças do FNDE e no orçamento atualizado.

### **3.3. Requisitos funcionais da necessidade**

3.3.1. A solução deverá garantir que a unidade educacional seja entregue em condições de funcionamento, segurança, acessibilidade e salubridade para atendimento de crianças, profissionais da educação, servidores, responsáveis e demais usuários autorizados.

3.3.2. A solução deverá assegurar a integração entre os diversos componentes da obra, de modo que arquitetura, estrutura, cobertura, vedações, esquadrias, instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, instalações elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão, acabamentos, áreas externas e serviços finais funcionem de forma harmônica.

3.3.3. A solução deverá respeitar as condições de segurança do canteiro durante a fase de intervenção, prevendo isolamento adequado das frentes de obra, sinalização provisória, controle de acesso, proteção dos usuários e organização das etapas executivas, a fim de reduzir riscos à população e preservar os serviços já executados.

3.3.4. A solução deverá possibilitar a entrega de edificação limpa, funcional, segura, tecnicamente adequada e apta ao uso educacional, em benefício direto das crianças da rede pública municipal e da comunidade do Bairro Oseas Castro.

### **3.4. Requisitos de compatibilidade com projeto FNDE e peças técnicas**

3.4.1. Por se tratar de conclusão de Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, a solução deverá observar, sempre que tecnicamente possível, o projeto padronizado, o memorial descritivo, as plantas, os detalhes executivos, o orçamento atualizado, o cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas integrantes do processo.

3.4.2. Eventuais alterações em relação ao projeto aprovado somente deverão ser admitidas quando justificadas por necessidade técnica, adequação normativa, melhoria de acessibilidade, segurança dos usuários, compatibilização com serviços já executados, determinação da fiscalização ou exigência do FNDE.

3.4.3. A solução deverá permitir a correta compatibilização entre os serviços já executados e os elementos a executar, recuperar, substituir ou complementar, evitando desníveis, interferências, sobreposição de serviços, retrabalho, desperdício de materiais, falhas de acabamento ou prejuízo ao desempenho global da edificação.

3.4.4. A execução deverá observar rigorosamente as cotas, dimensões, especificações, quantitativos, materiais e padrões definidos nas peças técnicas atualizadas, cabendo à futura solução preservar a rastreabilidade entre o objeto executado, o projeto, as medições, os registros fotográficos e a prestação de contas.

### **3.5. Requisitos de capacidade e dimensionamento**

3.5.1. A solução deverá prever equipe, equipamentos, materiais, ferramentas, logística, transporte, sinalização provisória e estrutura operacional compatíveis com obra de edificação educacional padrão FNDE, evitando tanto o subdimensionamento, que pode comprometer prazo, qualidade e segurança, quanto o superdimensionamento, que pode gerar custos desnecessários à Administração.

3.5.2. O planejamento deverá considerar as frentes de serviço necessárias à conclusão da unidade, tais como mobilização, serviços preliminares, canteiro, fundações e estrutura remanescentes, alvenarias, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações prediais, sistemas de segurança, serviços complementares, limpeza geral, acabamento e entrega final.

3.5.3. A solução deverá possuir capacidade para execução simultânea ou sequencial das frentes de trabalho, conforme cronograma físico-financeiro, de modo a preservar a coerência técnica da intervenção, reduzir interferências entre etapas e assegurar o cumprimento dos prazos pactuados.



3.5.4. Deverá ser considerada margem operacional para ajustes de cronograma, especialmente em razão do período chuvoso, necessidade de proteção de áreas abertas, interferências com serviços já executados, transporte de materiais, condições de acesso ao canteiro e determinações da fiscalização.

### **3.6. Requisitos técnicos mínimos**

3.6.1. A futura solução deverá exigir capacidade técnica compatível com obras de construção e conclusão de edificações escolares, abrangendo estrutura, vedações, cobertura, esquadrias, acabamentos, instalações hidrossanitárias, pluviais, elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão mecânica, urbanização e serviços complementares.

3.6.2. A execução deverá contar com responsável técnico legalmente habilitado e registrado no conselho profissional competente, conforme a natureza dos serviços, devendo ser emitidas as respectivas ARTs ou RRTs de execução, acompanhamento ou responsabilidade técnica, quando aplicável.

3.6.3. A solução deverá contemplar, conforme previsto no projeto e no orçamento atualizado, os serviços remanescentes necessários à conclusão do empreendimento, incluindo sistemas construtivos, instalações prediais, equipamentos fixos, acabamentos, louças, metais, acessórios, áreas externas, reservatório, limpeza final e demais componentes necessários ao funcionamento da unidade.

3.6.4. Os materiais empregados deverão ser compatíveis com as especificações técnicas, com o padrão FNDE, com as condições de exposição ao tempo, com a intensidade de uso educacional e com a necessidade de durabilidade em ambiente escolar.

3.6.5. A futura solução deverá assegurar controle da execução mediante diário de obra, registros fotográficos antes, durante e após a intervenção, boletins de medição, relatórios técnicos, controle de materiais, comprovação de destinação de resíduos, documentos de responsabilidade técnica, registros de ocorrências, termos de recebimento e demais documentos necessários ao acompanhamento administrativo e à prestação de contas.

### **3.7. Requisitos de acessibilidade e mobilidade interna**

3.7.1. A futura solução deverá observar as normas de acessibilidade e segurança aplicáveis a edificações escolares, considerando rampas, circulações, sanitários acessíveis, sinalizações, piso tátil quando previsto, áreas de circulação, rotas internas e externas e elementos de uso coletivo previstos no projeto.

3.7.2. A obra de conclusão deverá assegurar condições adequadas de circulação, permanência e uso da unidade educacional por crianças, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, idosos, servidores, responsáveis e demais usuários autorizados.

3.7.3. A acessibilidade deverá ser tratada como requisito essencial da obra, e não como elemento acessório, devendo integrar o planejamento das frentes de serviço, a seleção de materiais, os acabamentos, a implantação de dispositivos de segurança, sinalização e circulação e a conferência final da unidade.

### **3.8. Requisitos de segurança dos usuários, trabalhadores e áreas em intervenção**

3.8.1. A futura solução deverá prever medidas de segurança para trabalhadores, fiscais, servidores e usuários do entorno durante toda a execução da obra, considerando que a intervenção ocorrerá em canteiro de obra de edificação pública e poderá envolver circulação de pessoas nas áreas adjacentes.

3.8.2. Deverão ser previstas medidas de isolamento das áreas em obra, sinalização provisória, controle de acesso, proteção de escavações e áreas abertas, organização de materiais, prevenção de quedas, controle de poeira, ruídos e circulação de máquinas, bem como demais providências necessárias à redução de riscos.

3.8.3. A solução deverá observar as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à construção civil, inclusive quanto ao gerenciamento de riscos ocupacionais, uso de equipamentos de proteção, organização do canteiro, capacitação dos trabalhadores e prevenção de acidentes.





3.8.4. A solução deverá garantir que nenhum ambiente da unidade seja liberado ao uso sem condições adequadas de segurança, acabamento, limpeza, estabilidade, acessibilidade, instalações prediais, prevenção contra incêndio e funcionamento, salvo autorização expressa da fiscalização e adoção das medidas provisórias cabíveis.

### **3.9. Requisitos de continuidade, disponibilidade e execução em obra paralisada**

3.9.1. A solução deverá assegurar disponibilidade técnica e operacional durante todo o período necessário à conclusão da obra, contemplando mobilização, execução, correções, limpeza final, recebimento provisório, eventual correção de pendências, recebimento definitivo e garantia dos serviços executados.

3.9.2. Deverá haver possibilidade de substituição de profissional, equipe, equipamento ou frente de serviço sempre que houver impedimento, incompatibilidade técnica, ausência, atraso ou situação que comprometa o andamento da obra, desde que preservados os requisitos mínimos de qualificação, segurança e qualidade.

3.9.3. A solução deverá permitir ajustes justificados na sequência executiva, especialmente diante de chuvas, achados técnicos em elementos já executados, necessidade de compatibilização entre projetos e serviços, transporte de materiais, limitações do canteiro ou determinação da fiscalização.

3.9.4. A continuidade da execução deverá ser planejada para evitar nova paralisação injustificada, frentes de trabalho abandonadas, exposição prolongada de ambientes inacabados, acúmulo de resíduos, comprometimento da segurança e perda de qualidade dos serviços já executados.

3.9.5. A solução deverá reduzir a dependência de providências improvisadas, assegurando previsibilidade administrativa, racionalidade técnica, organização do canteiro e controle efetivo da execução da obra.

### **3.10. Requisitos legais, normativos e de responsabilidade técnica**

3.10.1. A futura solução deverá observar a Constituição Federal, a Lei nº 14.133/2021, a legislação aplicável às obras e serviços de engenharia, as normas técnicas brasileiras pertinentes, a legislação de acessibilidade, a legislação ambiental, as normas de segurança do trabalho, as regras de responsabilidade técnica e as obrigações previstas no Termo de Compromisso nº 202002960-1.

3.10.2. Deverão ser observadas as disposições relativas ao planejamento de obras públicas, elaboração e compatibilização de projeto básico, orçamento de referência, cronograma físico-financeiro, critérios de medição, fiscalização contratual, recebimento provisório e definitivo, garantia dos serviços, responsabilização por vícios e prestação de contas.

3.10.3. A solução deverá preservar a regularidade administrativa, a segurança técnica, a rastreabilidade dos atos de execução, a comprovação dos serviços realizados, a compatibilidade entre medição e execução física e a observância das normas de controle interno e externo aplicáveis à Administração Municipal.

3.10.4. Quando houver tratamento de dados pessoais em registros fotográficos, relatórios, cadastros de trabalhadores, documentos de acesso, sistemas de acompanhamento ou demais instrumentos administrativos, deverão ser observadas as normas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, especialmente quanto à finalidade, necessidade, segurança, transparência e restrição de acesso.

### **3.11. Requisitos ambientais e de sustentabilidade**

3.11.1. A futura solução deverá observar critérios de sustentabilidade compatíveis com obras de construção civil e edificações escolares, buscando reduzir impactos ambientais decorrentes de geração de resíduos da construção civil, transporte de materiais, consumo de água e energia, emissão de poeira, ruídos, movimentação de equipamentos e eventual interferência em áreas verdes ou sistemas de drenagem natural.

3.11.2. A solução deverá prever a reutilização ou reaproveitamento de materiais sempre que tecnicamente possível, especialmente em casos de elementos removidos ou remanescentes que ainda possuam condições de uso, sem prejuízo da segurança, qualidade, funcionalidade e compatibilidade com o projeto.



3.11.3. A execução deverá adotar medidas para reduzir desperdícios de materiais, consumo excessivo de água e energia, geração desordenada de entulho, emissão de poeira, poluição sonora e descarte irregular de resíduos.

3.11.4. A intervenção deverá observar a preservação da vegetação existente sempre que tecnicamente viável, admitindo supressão apenas quando necessária, justificada e autorizada, bem como recomposição das áreas afetadas pela obra e recuperação de áreas adjacentes que venham a sofrer interferência durante a execução.

### **3.12. Requisitos de controle, gestão, fiscalização e medição**

3.12.1. A futura solução deverá permitir acompanhamento técnico e administrativo da obra de conclusão da creche, com registros mínimos capazes de demonstrar a frente de serviço, a etapa executada, a equipe mobilizada, os materiais empregados, as medições realizadas, as ocorrências verificadas, as correções determinadas e a compatibilidade com o projeto.

3.12.2. Deverá ser possível aferir a aderência dos serviços às peças técnicas, a qualidade dos materiais, a regularidade dos acabamentos, a compatibilidade das quantidades medidas, a execução das correções determinadas pela fiscalização e a entrega das etapas previstas no cronograma.

3.12.3. Os registros de execução deverão permitir avaliação periódica da suficiência da solução, auxiliando a Administração na identificação de atrasos, riscos técnicos, interferências, não conformidades, necessidade de ajustes, glosas, reexecuções ou responsabilização contratual.

3.12.4. A solução deverá favorecer a economicidade, a transparência, a eficiência e a prestação de contas, permitindo que a Administração acompanhe custos, quantitativos executados, etapas concluídas, conformidade técnica, destinação de resíduos, evolução física da obra e cumprimento do objeto pactuado.

3.12.5. A medição dos serviços deverá observar critérios objetivos, vinculados às quantidades efetivamente executadas, à conformidade técnica, ao atendimento das especificações e à aprovação da fiscalização, vedado o pagamento por serviço não executado, executado em desconformidade ou sem comprovação adequada.

### **3.13. Requisitos territoriais e operacionais locais**

3.13.1. A futura solução deverá ser compatível com a realidade territorial de Vitorino Freire/MA, considerando a localização da obra no Bairro Oseas Castro, as condições de acesso ao canteiro, o transporte de materiais, a incidência de chuvas, a segurança das áreas próximas e a necessidade de comunicação mínima à comunidade quando houver impactos temporários.

3.13.2. A solução deverá possibilitar isolamento parcial ou total de áreas, reorganização temporária de acessos, proteção de equipamentos e serviços existentes e adoção de medidas adicionais de segurança sempre que a etapa da obra exigir.

3.13.3. O planejamento deverá considerar o período chuvoso como fator relevante para a execução de serviços em áreas abertas, especialmente fundações ou recomposições, cobertura, drenagem pluvial, áreas externas, acabamentos, instalações, limpeza final e proteção dos serviços executados.

## **4. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

### **4.1. Introdução**

O presente levantamento de mercado tem por finalidade identificar, comparar e justificar as formas efetivas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação relacionada à contratação de empresa especializada para execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro.



A análise parte dos requisitos previamente definidos para a futura contratação e considera que o problema central não consiste na escolha de uma metodologia construtiva, pois o empreendimento já possui projeto padrão FNDE, memorial descritivo, planilha orçamentária atualizada e cronograma físico-financeiro. O que se avalia nesta etapa é a forma de contratação mais adequada para concluir a obra com segurança técnica, rastreabilidade e responsabilização contratual.

Dessa forma, a avaliação de mercado concentra-se nas alternativas procedimentais e operacionais capazes de viabilizar a conclusão do empreendimento, tais como execução direta pela Administração, contratação por etapas separadas, contratação integrada por empresa especializada, adesão a ata, sistema de registro de preços, contratação direta ou credenciamento, sem reabrir discussão sobre o partido arquitetônico ou sistema construtivo do projeto FNDE.

Por se tratar de obra vinculada a instrumento federal, a análise também considerou a necessidade de preservar a rastreabilidade da execução, a compatibilidade com o projeto aprovado, o plano de aplicação, o cronograma físico-financeiro, as medições, os registros fotográficos, os documentos de responsabilidade técnica, a destinação de resíduos e a adequada prestação de contas perante o FNDE.

#### 4.2. Premissas técnicas e critérios de comparação

A comparação das alternativas foi realizada com foco na funcionalidade que a forma de contratação deverá entregar à Administração, considerando a natureza de obra remanescente, a existência de percentual já executado e aproveitável, a necessidade de preservar a metodologia construtiva já definida pelo FNDE, a integração entre os serviços de conclusão e a obrigação de demonstrar, de forma documentalmente segura, a boa e regular aplicação dos recursos federais e municipais.

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA COMPARAÇÃO DAS ALTERNATIVAS		
Requisito analisado	Conteúdo avaliado	Reflexo para execução e prestação de contas
Natureza da intervenção	Conclusão de obra de edificação escolar padrão FNDE, com serviços remanescentes e percentual executado aproveitável de 36,05%.	Evita soluções incompatíveis com o objeto pactuado e facilita a demonstração de aderência ao projeto aprovado.
Compatibilidade com o projeto aprovado	A solução deve observar Projeto Básico, memorial, planilhas, memórias de cálculo, cronograma e especificações técnicas do FNDE.	Garante correspondência entre execução física, medição, pagamento e prestação de contas.
Metodologia construtiva	Não será objeto de nova comparação, pois já está definida pelo projeto padrão FNDE e pelas peças técnicas atualizadas.	Reduz risco de descaracterização do objeto e de alterações não autorizadas.
Integração das frentes de serviço	Estrutura, cobertura, vedações, esquadrias, instalações, acabamentos, segurança, acessibilidade e limpeza final devem funcionar como conjunto único.	Permite comprovar a entrega funcional da creche e reduz retrabalho ou incompatibilidade entre etapas.
Capacidade técnica e operacional	A solução deve exigir responsável técnico habilitado, equipe compatível, equipamentos, materiais e logística adequados.	Fortalece a execução dentro do prazo e reduz risco de nova paralisação ou execução incompleta.
Controle de execução	Diário de obra, boletins de medição, relatórios, registros fotográficos e controle de materiais devem acompanhar a execução.	Produz evidências para fiscalização, liquidação da despesa e análise da prestação de contas.
Medição e pagamento	Os pagamentos devem se vincular a quantitativos efetivamente executados, aferidos pela fiscalização e compatíveis com a planilha.	Evita pagamento sem lastro físico e reforça a legalidade da aplicação dos recursos.
Sustentabilidade e resíduos	A solução deve prever controle de resíduos, mitigação de poeira e ruídos, uso racional de insumos e proteção das áreas adjacentes.	Demonstra conformidade ambiental e reduz riscos de irregularidades durante a execução.





Risco de fragmentação	A alternativa deve ser analisada quanto à possibilidade de dispersão de responsabilidades, conflitos entre executores e dificuldades de coordenação.	Quanto maior a fragmentação, maior o risco de inconsistências documentais e operacionais na prestação de contas.
Prestação de contas federal	A solução deve facilitar a vinculação entre projeto, execução, medições, notas fiscais, registros técnicos, etapas atendidas e entrega final.	A alternativa mais adequada deve gerar documentação clara, unitária, verificável e compatível com o Termo de Compromisso.

#### 4.3. Item comparativo das formas de contratação avaliadas

Com base nos documentos técnicos da contratação e nas práticas usuais de gestão de obras públicas, foram comparadas as principais formas de contratação capazes de atender, total ou parcialmente, à necessidade administrativa. A análise considerou que o objetivo da Administração não é rediscutir o projeto FNDE, mas concluir a obra paralisada, resguardar o percentual já executado, garantir a compatibilidade técnica e produzir documentação suficiente para fiscalização e prestação de contas.

QUADRO COMPARATIVO DAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO		
Forma de atendimento	Avaliação técnica para o caso concreto	Conclusão
Execução direta pela Administração	Demandaria equipe própria robusta, aquisição e gestão direta de materiais, equipamentos, responsáveis técnicos, medições e controles, transferindo ao Município riscos operacionais e documentais elevados.	Não recomendada como solução principal para conclusão de obra remanescente vinculada ao FNDE.
Contratações separadas por etapas	Fragmentaria responsabilidades entre fornecedores distintos, com risco de incompatibilidade entre estrutura, instalações, acabamentos, sistemas de segurança e entrega final.	Não recomendada, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.
Contratação de empresa especializada para execução integrada	Concentra responsabilidade técnica e operacional, permite coordenação das frentes de serviço, facilita medições, fiscalização, correções e prestação de contas.	Recomendada como solução principal, por apresentar melhor equilíbrio entre qualidade, controle, prazo e rastreabilidade.
Sistema de Registro de Preços ou adesão a ata	Não se mostra aderente à especificidade da obra remanescente, pois exigiria compatibilidade integral de projeto, quantitativos, local, preços e condições de execução.	Não recomendada como solução ordinária para o caso.
Contratação direta	Hipótese excepcional dependente de enquadramento legal específico. Há mercado competitivo de empresas de engenharia aptas à execução do objeto.	Não recomendada em princípio.
Credenciamento	Adequado para contratação de todos os interessados aptos, mas incompatível com a necessidade de cronograma único, coordenação técnica e responsabilização pela entrega final.	Inadequado para conclusão da obra.

#### 4.4. Justificativa para afastamento da análise de metodologias construtivas

No presente caso, a análise de metodologias construtivas deve ser dispensada, pois a concepção técnica do empreendimento já foi definida anteriormente no âmbito do projeto padrão FNDE da Creche Pré-Escola Tipo 1. O objeto atual corresponde à conclusão de serviços remanescentes, e não à escolha entre sistemas construtivos alternativos.

A reabertura de discussão sobre metodologia construtiva poderia gerar risco de descaracterização do objeto pactuado, incompatibilidade com as peças técnicas existentes, necessidade de reformulação indevida do projeto e dificuldades na prestação de contas. Por isso, a Administração deve preservar o projeto aprovado, admitindo apenas ajustes técnicos justificados e autorizados.



A comparação deve concentrar-se, portanto, na forma de contratação que melhor assegure unidade de responsabilidade, continuidade executiva, compatibilidade entre serviços já realizados e remanescentes, controle das medições e conclusão da unidade educacional em conformidade com o projeto, orçamento e cronograma atualizados.

As alternativas de execução direta, execução fracionada, registro de preços, adesão a ata, contratação direta ou credenciamento foram avaliadas sob a ótica da capacidade de concluir a obra, e não como substitutas do projeto FNDE. Essa premissa confere segurança jurídica à contratação e evita que o levantamento de mercado se desvie da necessidade efetiva.

Dessa forma, a solução material permanece sendo a conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, cabendo ao levantamento de mercado indicar a forma de contratação mais aderente ao caso concreto.

#### 4.5. Identificação e análise das soluções efetivas disponíveis

Foram identificadas no mercado e nas práticas administrativas aplicáveis a obras públicas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade. Ressalte-se que concorrência, dispensa, inexigibilidade, adesão a ata, registro de preços ou credenciamento são instrumentos jurídicos ou procedimentais, devendo ser avaliados conforme sua adequação à conclusão da obra remanescente.

No caso concreto, como se trata de obra de edificação escolar já iniciada, a análise concentrou-se em alternativas capazes de concluir o empreendimento, preservar a coerência com o projeto aprovado, cumprir a finalidade do Termo de Compromisso nº 202002960-1 e produzir documentação suficiente para fiscalização e prestação de contas.

QUADRO COMPARATIVO DAS SOLUÇÕES		
Solução	Vantagens	Desvantagens
<b>Execução direta pela Administração Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Permite maior controle direto sobre algumas decisões operacionais.</li><li>• Pode favorecer ajustes imediatos em atividades simples.</li><li>• Mantém a gestão sob responsabilidade municipal.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exige equipe técnica e operacional própria, equipamentos e estrutura que nem sempre estão disponíveis.</li><li>• Eleva riscos de atraso, falhas de controle, compras paralelas e fragilidade documental.</li><li>• Não se mostra adequada para conclusão de obra FNDE com múltiplas frentes interdependentes.</li></ul>
<b>Execução por etapas com contratações separadas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pode ampliar participação de fornecedores especializados em frentes específicas.</li><li>• Permite contratação individualizada de serviços isolados.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fragmenta responsabilidades e dificulta a fiscalização.</li><li>• Aumenta risco de incompatibilidade entre etapas, retrabalho, atrasos e glosas.</li><li>• Pode comprometer a prestação de contas e a entrega funcional da creche.</li></ul>
<b>Contratação de empresa especializada para execução integrada da obra</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entrega solução completa, com coordenação técnica, mão de obra, equipamentos, materiais, controle de qualidade e documentação.</li><li>• Favorece unidade técnica e responsabilidade contratual.</li><li>• Facilita medições, correções, fiscalização e prestação de contas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exige projeto, planilha, edital e termo de referência detalhados.</li><li>• Demanda fiscalização técnica contínua e controle rigoroso das medições.</li><li>• Pode exigir habilitação técnica compatível, sem excessos restritivos.</li></ul>
<b>Sistema de Registro de Preços ou adesão a ata</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pode ser útil em objetos padronizados e contratações recorrentes.</li><li>• Pode reduzir prazos quando houver ata plenamente compatível.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não se mostra adequado diante da especificidade da obra, do local, dos serviços remanescentes e da necessidade de compatibilização com execução anterior.</li><li>• Risco de incompatibilidade com projeto, quantitativos e condições do FNDE.</li></ul>
<b>Contratação direta ou credenciamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Podem atender hipóteses excepcionais previstas em lei ou objetos padronizados de contratação múltipla.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não se enquadram como solução ordinária, pois há mercado competitivo e necessidade de contratação única com entrega final de obra certa.</li></ul>



QUADRO COMPARATIVO DAS SOLUÇÕES		
Solução	Vantagens	Desvantagens
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Podem fragilizar a unidade técnica, a competitividade e a responsabilização.</li></ul>

#### 4.6. Matriz comparativa das alternativas

A matriz comparativa a seguir sintetiza a aderência de cada alternativa aos requisitos técnicos, operacionais, educacionais e documentais da demanda, considerando especialmente a necessidade de conclusão de obra remanescente vinculada ao FNDE.

MATRIZ COMPARATIVA DAS ALTERNATIVAS						
Alternativa	Disponibilidade	Aderência à necessidade	Carga administrativa para o Município	Previsibilidade	Controle operacional	Conclusão técnica
Execução direta pela Administração	Média	Baixa/média	Alta	Média	Médio	Não recomendada como solução principal
Execução por etapas separadas	Média	Média	Alta	Baixa/média	Médio	Parcialmente adequada, com riscos relevantes
Empresa especializada integrada	Alta	Alta	Baixa/média	Alta	Alto	Mais adequada
SRP ou adesão a ata	Média	Baixa/média	Média	Baixa	Médio	Não recomendada para o caso concreto
Contratação direta ou credenciamento	Baixa/média	Baixa	Média	Baixa/média	Baixo/médio	Inadequada como solução ordinária

#### 4.7. Análise específica da prestação de contas do instrumento de repasse.

A existência de recursos federais vinculados ao Termo de Compromisso nº 202002960-1 exige que a alternativa escolhida seja capaz de produzir evidências claras da execução física, financeira e documental do objeto. Não basta que a obra seja executada; é necessário que sua execução seja comprovável por documentos compatíveis com o projeto aprovado, as medições realizadas, as notas fiscais emitidas, os registros fotográficos e os relatórios de fiscalização.

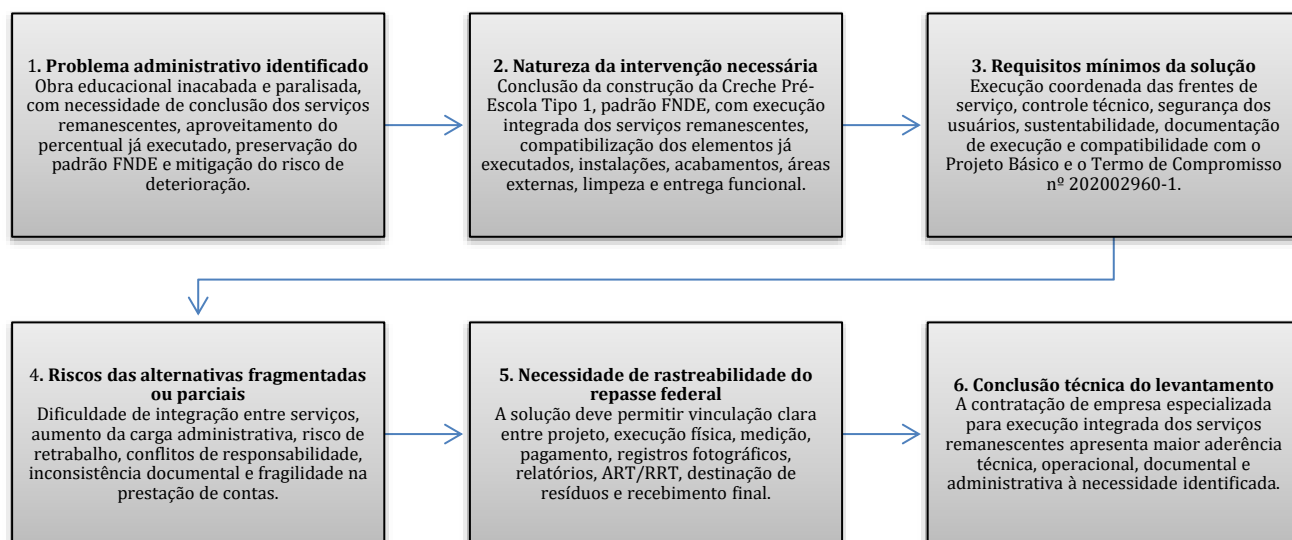
Sob essa perspectiva, alternativas que fragmentam a execução ou que restringem a intervenção a contratações parciais apresentam maior risco administrativo, pois dificultam a vinculação entre o objeto pactuado, as etapas executadas e os documentos comprobatórios exigidos pelo FNDE. A multiplicidade de contratos, fornecedores, notas fiscais, medições e responsabilidades pode comprometer a rastreabilidade do objeto e aumentar o risco de inconsistências na prestação de contas.

A alternativa mais aderente deve permitir que a Administração demonstre, de forma linear e verificável, a relação entre o Projeto Básico, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, as medições aprovadas, os pagamentos realizados, os registros de execução, a destinação de resíduos, as responsabilidades técnicas e a entrega final da Creche Pré-Escola Tipo 1. Essa necessidade reforça a preferência técnica por solução com responsabilidade operacional concentrada, execução coordenada e documentação única de acompanhamento.



ELEMENTOS CRÍTICOS PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS		
Elemento de controle	Exigência prática	Efeito sobre a prestação de contas
Compatibilidade com o Projeto Básico e plano de aplicação	A execução deve corresponder ao escopo aprovado e às quantidades previstas para conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1.	Reduz risco de execução de objeto diverso ou de glosa por incompatibilidade.
Medições vinculadas ao avanço físico	Boletins de medição devem refletir serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização.	Fortalece a liquidação da despesa e a comprovação da aplicação dos recursos.
Registros fotográficos identificáveis	Devem demonstrar a evolução da obra por frente de serviço, ambiente, sistema ou etapa executada.	Facilita a verificação física pela Administração, controle interno e FNDE.
Diário de obra e relatórios técnicos	Devem registrar ocorrências, condições climáticas, equipe, equipamentos, serviços e determinações da fiscalização.	Cria histórico técnico necessário para justificar medições, atrasos, alterações e recebimentos.
Responsabilidade técnica	ART/RRT e responsáveis técnicos devem corresponder aos serviços executados.	Permite responsabilização por vícios, falhas e desconformidades.
Destinação de resíduos	Comprovantes de transporte e destinação devem demonstrar manejo adequado dos resíduos da construção civil.	Reduz riscos ambientais e comprova cumprimento das exigências de sustentabilidade.
Recebimento provisório e definitivo	A entrega deve ser formalizada após verificação da conformidade técnica, funcionamento dos sistemas e correção de pendências.	Demonstra conclusão regular do objeto e suporte documental para prestação de contas final.

#### 4.8. Fluxo lógico da escolha da solução mais aderente



#### 4.9. Justificativa técnica da alternativa mais aderente

A análise das alternativas demonstra que a forma mais aderente à necessidade pública é a contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços remanescentes da Creche Pré-Escola Tipo 1, sem prejuízo de posterior definição da modalidade licitatória e do regime de execução. Essa conclusão decorre da necessidade de preservar a unidade técnica do objeto, garantir compatibilidade com o projeto aprovado, reduzir riscos de fragmentação e assegurar documentação suficiente para a prestação de contas do instrumento federal.

A execução direta pela Administração, embora possa oferecer maior controle imediato, não se mostra a alternativa mais segura quando a obra exige coordenação de múltiplas frentes, responsável técnico,



controle de materiais, registros formais de execução, medições, relatórios técnicos, gestão de resíduos e comprovação perante o FNDE. A adoção dessa alternativa exigiria estrutura própria robusta, sob pena de transferir à Administração riscos operacionais, técnicos e documentais incompatíveis com a complexidade do objeto.

A execução por etapas com contratações separadas também apresenta riscos relevantes, especialmente porque a conclusão de creche padrão FNDE não se limita a serviços isolados. Estrutura, cobertura, vedações, esquadrias, instalações, acabamentos, acessibilidade, combate a incêndio e serviços complementares possuem interfaces físicas e funcionais. Quando tais etapas são contratadas separadamente, aumentam os riscos de incompatibilidade, retrabalho, atraso, dificuldade de responsabilização por falhas e dispersão dos documentos necessários à medição e à prestação de contas.

O sistema de registro de preços ou a adesão a ata de registro de preços somente seriam justificáveis se houvesse compatibilidade integral com o objeto, projeto, localização, quantitativos, condições de execução e preços atualizados, o que não se mostra adequado diante da especificidade da obra remanescente e da necessidade de compatibilização com serviços já executados.

A contratação direta por dispensa ou inexigibilidade não se apresenta, em princípio, como a via adequada, pois há mercado competitivo de empresas de engenharia aptas à execução de obras de edificação escolar, não se tratando de objeto singular que inviabilize a competição nem de hipótese ordinária de dispensa.

Por outro lado, a execução integrada por empresa especializada permite concentrar responsabilidade técnica e operacional, organizar as frentes de serviço de forma coordenada, manter a coerência entre as intervenções, preservar o padrão construtivo FNDE e produzir documentação única e rastreável. Essa alternativa favorece a fiscalização por desempenho, a medição por etapas efetivamente executadas, a correção tempestiva de não conformidades e a responsabilização contratual por vícios, atrasos ou falhas de execução.

Assim, a solução mais adequada não deve ser compreendida como adoção de metodologia construtiva nova ou experimental, mas como execução tecnicamente organizada dos serviços remanescentes, com emprego dos métodos e especificações já previstos nas peças técnicas, controle documental suficiente e entrega final apta ao funcionamento educacional.

RESUMO DOS ELEMENTOS DA DECISÃO	
Elemento técnico decisivo	Efeito prático para a Administração
<b>Integração das frentes de serviço</b>	Garante coerência entre estrutura, cobertura, vedações, instalações, acabamentos, acessibilidade, sistemas de segurança e entrega final.
<b>Responsabilidade técnica formal</b>	Assegura condução por profissional habilitado, com ART/RRT, supervisão técnica e rastreabilidade da execução.
<b>Execução por empresa especializada</b>	Permite mobilização de mão de obra, equipamentos e materiais compatíveis com o porte e a natureza da obra.
<b>Coordenação operacional centralizada</b>	Evita fragmentação, retrabalho, conflitos entre frentes e divergência de padrões de acabamento.
<b>Produtos verificáveis</b>	Facilita fiscalização por diário de obra, medições, registros fotográficos, relatórios, testes e comprovantes de destinação de resíduos.
<b>Redução da carga administrativa</b>	Diminui a necessidade de a Administração coordenar múltiplos fornecedores, contratos, prazos e responsabilidades.
<b>Fiscalização por desempenho</b>	Permite controle por etapa, quantidade, qualidade, prazo, material empregado e conformidade com o projeto.





RESUMO DOS ELEMENTOS DA DECISÃO	
Elemento técnico decisivo	Efeito prático para a Administração
Responsabilização contratual única	Facilita cobrança de correções, aplicação de glosas e responsabilização por vícios, atrasos ou desconformidades.
Adequação ao uso educacional	Possibilita entrega de unidade escolar segura, acessível, salubre e apta ao atendimento infantil.
Durabilidade e sustentabilidade	Favorece maior vida útil da edificação e redução de impactos ambientais por gestão adequada de resíduos, poeira, ruídos e recursos.

Dessa forma, em detrimento das demais alternativas avaliadas, a contratação de empresa especializada para execução integrada da obra remanescente é a solução que apresenta maior aderência à necessidade real da Secretaria Municipal de Educação. A alternativa combina capacidade técnica, organização operacional, controle de qualidade, responsabilização contratual, compatibilidade com o projeto e melhores condições para alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

#### 4.10. Estudo das formas para efetivação da Contratação

Após a definição da solução efetiva como contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços remanescentes, passam-se a examinar as formas juridicamente possíveis para viabilizar a solução. Esta etapa não se confunde com a análise de metodologia construtiva, pois trata apenas do procedimento ou instrumento jurídico adequado para alcançar a conclusão do empreendimento.

QUADRO COMPARATIVO DAS MODALIDADES		
Forma de contratação	Quando pode ser utilizada	Avaliação para o caso concreto
Concorrência	Adequada para obras e serviços especiais de engenharia ou para obras comuns quando a Administração define padrões objetivos de execução, qualidade e desempenho.	Revela-se a forma de contratação mais adequada ao caso, por se tratar de obra comum de engenharia com projeto, planilha, cronograma e especificações objetivamente definidos, permitindo julgamento pelo menor preço global e adequada comparação das propostas.
Sistema de Registro de Preços - SRP	Adequado quando houver contratações frequentes, quantitativos variáveis ou necessidade de atendimento futuro conforme demanda.	Não se mostra indispensável, pois o objeto corresponde a obra certa, com escopo definido, local específico e vinculação a instrumento federal determinado.
Adesão a ata de registro de preços	Forma excepcional de aproveitamento de ata existente, condicionada à compatibilidade integral do objeto e demonstração de vantajosidade.	Somente seria recomendável se houvesse ata plenamente compatível quanto a projeto, localização, serviços, quantitativos, preços e condições de execução, o que não foi identificado como solução adequada para o caso.
Contratação compartilhada	Procedimento possível quando houver interesse comum entre órgãos e potencial ganho de escala.	Pode gerar economia em objetos padronizados, mas não se mostra adequada diante da especificidade da obra, do local, dos serviços remanescentes e do Termo de Compromisso nº 202002960-1.
Contratação direta por dispensa ou inexigibilidade	Hipótese excepcional condicionada ao enquadramento legal e à demonstração dos pressupostos específicos.	Não se mostra, em princípio, adequada, pois há mercado competitivo de empresas de engenharia aptas à execução de obras de edificação escolar.
Credenciamento	Adequado quando a Administração pretende contratar todos os interessados que preencham requisitos padronizados.	Não é a forma mais adequada, pois dificultaria unidade técnica, coordenação, cronograma único e responsabilização contratual pela entrega final da obra.

#### 4.11. Forma de remuneração recomendada



Considerando que a solução escolhida envolve obra de engenharia para conclusão de edificação escolar padrão FNDE, com projeto definido, orçamento estimativo, planilha de quantitativos e preços unitários, cronograma físico-financeiro, responsabilidade técnica e necessidade de entrega funcional integrada, entende-se que o regime de execução por empreitada por preço unitário, associado ao critério de julgamento pelo menor preço global, mostra-se adequado ao caso concreto.

A adoção do regime de execução por preço unitário é compatível com o objeto, pois a obra, embora possua escopo previamente definido em Projeto Básico, memorial, memória de cálculo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, envolve serviços remanescentes sujeitos a medição conforme os quantitativos efetivamente executados. Assim, a remuneração da contratada deverá observar os preços unitários ofertados e aprovados, aplicados às quantidades regularmente medidas e aceitas pela fiscalização, preservando a correspondência entre execução física, medição técnica e pagamento.

Por sua vez, o critério de julgamento pelo menor preço global permite que a Administração selecione a proposta mais vantajosa para a execução integral da obra, considerando o valor total ofertado para o conjunto da solução, sem prejuízo do controle por itens, etapas, medições, boletins, registros fotográficos e aceites técnicos. Tal sistemática favorece a análise comparativa das propostas em bases uniformes, preserva a unidade funcional da intervenção e evita a fragmentação indevida entre os serviços remanescentes.

Dessa forma, a combinação entre empreitada por preço unitário e julgamento pelo menor preço global fortalece o controle administrativo da execução, permite o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados e aceitos, reduz o risco de remuneração por quantitativos não realizados ou desconformes e facilita a glosa de etapas executadas parcialmente ou em desacordo com as especificações técnicas, mantendo a coerência global da contratação e a adequada fiscalização da obra.

#### **4.12. Justificativa da modalidade de contratação**

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação na modalidade concorrência, preferencialmente em sua forma eletrônica, considerando tratar-se de obra de engenharia com projeto básico definido, orçamento estimado, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas previamente estabelecidas.

A adoção da concorrência assegura maior competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, além de atender às exigências aplicáveis às contratações custeadas com recursos provenientes de instrumento federal.

Tal definição contribui para mitigação de riscos relacionados à nulidade do procedimento, impugnações e questionamentos pelos órgãos de controle, especialmente porque há mercado competitivo de empresas de engenharia aptas a executar obras de edificação escolar.

#### **4.13. Considerações finais sobre o levantamento de mercado.**

Com base nos requisitos estabelecidos, na natureza dos serviços a serem realizados e na vinculação ao Termo de Compromisso nº 202002960-1, conclui-se que a alternativa de maior aderência técnica, operacional, administrativa e documental é a execução integrada dos serviços remanescentes da Creche Pré-Escola Tipo 1 por empresa especializada em obras de engenharia.

Essa alternativa apresenta melhor capacidade de atender à necessidade pública identificada, pois permite execução coordenada das frentes de serviço, preserva a unidade funcional do empreendimento, reduz riscos de incompatibilidade entre etapas, assegura maior previsibilidade de prazo e qualidade, facilita medições e pagamentos, fortalece a fiscalização e produz documentação mais adequada à prestação de contas do instrumento federal.



As demais alternativas analisadas podem apresentar utilidade em situações específicas ou como complementos operacionais, mas não se mostram suficientes, isoladamente, para concluir a obra remanescente, cumprir integralmente o projeto aprovado e assegurar entrega final compatível com as exigências técnicas, educacionais, administrativas e de controle aplicáveis à presente demanda.

Foram considerados, como subsídios técnicos e normativos, o texto-base encaminhado pela Administração, os requisitos previamente estruturados para a futura contratação, as peças do processo administrativo, a Lei nº 14.133/2021, o Projeto Básico, a Planilha Orçamentária atualizada, o Memorial Descritivo do Projeto Proinfância Tipo 1, a ART de orçamento, o SIMEC, o termo de distrato do contrato anterior e referências de boas práticas de gestão e auditoria de obras públicas.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

### **5.1. Visão geral da solução**

A solução escolhida consiste na execução de obra pública de engenharia destinada à conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, Município de Vitorino Freire/MA, vinculada ao Termo de Compromisso nº 202002960-1. A intervenção deverá ser executada de forma integrada, com observância do Projeto Básico, do Memorial Descritivo, da Planilha Orçamentária atualizada, do Cronograma Físico-Financeiro, das composições de preços unitários e demais documentos técnicos anexos ao processo.

A descrição da solução não tem por finalidade reproduzir integralmente cada item da planilha, cada composição ou cada detalhe executivo do projeto, uma vez que tais informações constarão dos documentos técnicos anexos e devem prevalecer para fins de orçamento, medição, execução, fiscalização e prestação de contas. O objetivo deste item é apresentar, de forma sistêmica, a solução como um todo, demonstrando a coerência entre a necessidade pública diagnosticada, a natureza de obra remanescente, o escopo técnico aprovado, a forma de execução e os mecanismos de controle da entrega.

Por se tratar de conclusão de obra já iniciada, a solução deve ser compreendida como intervenção de continuidade, recomposição, compatibilização e finalização de estruturas e sistemas existentes, e não como implantação de projeto novo. Assim, a execução deverá preservar, sempre que tecnicamente possível, os elementos aproveitáveis, corrigindo ou complementando apenas os componentes inadequados, inseguros ou incompatíveis com o projeto aprovado e com as normas técnicas vigentes.

A obra busca entregar a unidade educacional em condições adequadas de funcionamento, segurança, acessibilidade, salubridade, conforto ambiental e durabilidade. A solução contempla serviços preliminares, administração local, fundações e superestrutura remanescentes, vedações, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações hidráulicas, sanitárias, pluviais, elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão mecânica, serviços complementares, limpeza final, documentação técnica e entrega do objeto.

A intervenção deverá observar execução coordenada, responsabilidade técnica, controle de qualidade, diário de obra, medições por itens efetivamente executados, registros fotográficos, relatórios de acompanhamento, destinação adequada de resíduos e demais instrumentos necessários à rastreabilidade da execução, especialmente porque se trata de obra financiada com recursos vinculados a instrumento federal, cuja regularidade exige correspondência objetiva entre projeto aprovado, execução física, medição, pagamento e prestação de contas.

### **5.2. Documentos técnicos que integram a solução**



A execução deverá ser orientada pelo conjunto de peças técnicas anexas ao processo administrativo, que detalham as condições de execução, os quantitativos, os custos, os critérios de medição, o cronograma e os parâmetros técnicos mínimos a serem observados. Em caso de necessidade de maior detalhamento, deverão ser consultados diretamente os anexos técnicos, especialmente aqueles listados no quadro a seguir:

Documento de referência	Função na solução	Utilização prática
<b>Projeto Básico, plantas e Memorial Descritivo FNDE</b>	Definem a concepção técnica, arquitetônica, funcional e espacial da unidade educacional.	Orientam a execução das frentes de serviço, a compatibilização entre serviços existentes e remanescentes e a verificação final da unidade.
<b>Planilha Orçamentária atualizada</b>	Detalha itens, unidades, quantitativos, preços unitários, BDI e custo estimado.	Serve de base para julgamento, contratação, medição, pagamento e prestação de contas.
<b>Memória de Cálculo</b>	Demonstra a origem dos quantitativos estimados.	Permite rastrear medições, conferir áreas, volumes, unidades e serviços efetivamente executados.
<b>Cronograma físico-financeiro</b>	Organiza a sequência temporal das etapas da obra.	Permite controlar avanço físico, desembolso, prazos, atrasos e compatibilidade com o instrumento federal.
<b>ART/RRT e documentos técnicos</b>	Formalizam a responsabilidade técnica pelos serviços e orçamento.	Permitem responsabilização técnica e suporte à fiscalização.
<b>Termo de Compromisso nº 202002960-1</b>	Vincula a finalidade, o objeto, o programa e as regras de aplicação dos recursos.	Orienta a regularidade da execução, a documentação comprobatória e a prestação de contas ao FNDE.

### 5.3. Natureza da intervenção e adequação ao objeto

A solução é caracterizada como obra de engenharia voltada à conclusão de edificação escolar padrão FNDE. A execução não deverá buscar metodologias construtivas experimentais ou soluções desvinculadas do padrão existente, mas sim aplicar as técnicas, materiais, sistemas e especificações já definidos no projeto e no orçamento atualizado.

O Bairro Oseas Castro deverá receber a conclusão dos serviços previstos nas peças técnicas, inclusive quanto a estrutura remanescente, vedações, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações prediais, segurança contra incêndio, SPDA, áreas externas, serviços complementares e limpeza final.

Na unidade educacional, a solução deverá assegurar unidade técnica e funcional da obra. A execução fragmentada ou desconectada das frentes de serviço pode gerar incompatibilidades entre estrutura, cobertura, instalações, acabamentos, acessibilidade e sistemas de segurança, motivo pelo qual as etapas deverão ser planejadas e executadas de forma coordenada, ainda que medidas e fiscalizadas por itens de planilha.

### 5.4. Enquadramento do objeto como obra comum de engenharia

A obra enquadra-se como obra comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seu objeto consiste na execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, previamente concebida, projetada e aprovada, com especificações técnicas integralmente definidas pela Administração.

Os serviços a serem executados encontram-se detalhados em projeto básico, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, composições de custos e demais documentos técnicos integrantes do processo, possibilitando a definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade exigidos para a execução contratual.



Embora a contratação contemple serviços de instalações elétricas, hidrossanitárias, sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), prevenção e combate a incêndio, climatização e demais sistemas prediais, tais atividades correspondem a métodos construtivos usuais, amplamente difundidos e dominados pelo mercado da construção civil, não demandando solução inovadora, tecnologia proprietária, metodologia singular ou desenvolvimento de projeto pela futura contratada.

A contratação não envolve elaboração de projetos, contratação integrada ou semi-integrada, limitando-se à execução de serviços previamente definidos pela Administração, razão pela qual os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente estabelecidos por especificações usuais de mercado.

Dessa forma, conclui-se que o objeto possui características de obra comum de engenharia, sendo adequada a adoção da modalidade concorrência, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço.

### 5.5. Estrutura geral da obra

A obra deverá ser organizada em frentes de serviço interdependentes, cada uma com finalidade técnica própria, mas vinculada à entrega final da creche em condições adequadas de uso. A estrutura abaixo sintetiza a solução, sem prejuízo do detalhamento específico constante do Projeto Básico, da Memória de Cálculo e da Planilha Orçamentária.

Frente de serviço	Escopo principal	Finalidade técnica	Documentos de referência	Controle mínimo
I - Planejamento, mobilização e canteiro	Administração local, mobilização, instalações provisórias, placa de obra, tapumes, sinalização, isolamento e organização do canteiro.	Preparar a execução, proteger usuários, trabalhadores e serviços já executados e organizar as condições de início da obra.	Projeto, orçamento, cronograma e normas de segurança.	Diário de obra, registros fotográficos, conferência de canteiro e aprovação da fiscalização.
II - Serviços remanescentes estruturais e de vedação	Conferência de elementos existentes, fundações/superestrutura remanescentes, vedações, alvenarias, recomposições e compatibilizações.	Assegurar estabilidade, continuidade construtiva e base adequada para as demais etapas.	Projeto, memória de cálculo, planilha e memorial descritivo.	Medição por item de planilha, registros antes/durante/depois e aceite técnico.
III - Cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos e pinturas	Execução de cobertura, calhas, rufos, esquadrias, revestimentos internos e externos, pisos, pintura e acabamentos.	Proteger a edificação, garantir acabamento, salubridade, durabilidade e padrão FNDE.	Projeto arquitetônico, memorial, orçamento e normas técnicas aplicáveis.	Conferência de materiais, acabamento, estanqueidade, dimensões, aderência e conformidade visual.
IV - Instalações prediais e sistemas de segurança	Instalações hidráulicas, sanitárias, pluviais, elétricas, gás, climatização, rede estruturada, exaustão, SPDA e combate a incêndio.	Assegurar funcionamento, segurança, conforto e operação adequada da unidade.	Projetos complementares, planilha, memorial e normas técnicas.	Testes, registros fotográficos, conferência de funcionamento, certificados e aceite da fiscalização.
V - Áreas externas e serviços complementares	Drenagem, reservatório, acessibilidade, equipamentos fixos, urbanização, recomposição de áreas e serviços complementares.	Garantir integração da unidade com o entorno, uso seguro e atendimento da finalidade educacional.	Projeto, caderno técnico e orçamento.	Conferência de localização, acabamento, funcionamento e compatibilidade com o projeto.
VI - Limpeza, desmobilização e entrega	Limpeza geral, remoção de resíduos, desmobilização, documentação final, testes e recebimento.	Entregar o objeto limpo, funcional, seguro e apto à utilização pela população.	Cronograma, termos de recebimento e contrato.	Checklist final, registros fotográficos, relatórios, termo de recebimento provisório e definitivo.

### 5.6. Planejamento, mobilização, canteiro e serviços preliminares





A etapa inicial deverá abranger a mobilização de equipe, ferramentas, máquinas, instalações provisórias, placa de obra, tapumes, sinalização, isolamento, limpeza e demais providências necessárias para início seguro da execução. A organização do canteiro deverá observar as condições locais, a proteção dos serviços já executados, a circulação no entorno e a necessidade de reduzir transtornos à população.

A administração da obra deverá assegurar planejamento executivo, acompanhamento do cronograma, controle de documentos, reuniões de alinhamento, registros de ocorrências, supervisão das equipes e verificação permanente das condições de segurança, qualidade e meio ambiente. O canteiro deverá permanecer organizado, sinalizado e compatível com a dinâmica da obra durante toda a execução.

Os detalhes relativos à placa de obra, tapume, instalações provisórias, mobilização, desmobilização e administração local deverão observar integralmente as peças técnicas, a Planilha Orçamentária e as orientações da fiscalização, especialmente porque tais itens também integram a rastreabilidade necessária à comprovação da execução perante o FNDE.

#### **5.7. Serviços remanescentes, estrutura, vedações e compatibilização com interferências**

Por se tratar de conclusão de obra já iniciada, a solução deverá iniciar as frentes físicas mediante verificação do estado dos serviços existentes, limpeza, proteção de áreas, eventual recomposição de elementos deteriorados e compatibilização das etapas remanescentes. As intervenções deverão preservar elementos aproveitáveis, evitar retrabalhos desnecessários e reduzir desperdícios, sem prejuízo da segurança e da qualidade da obra.

Os serviços preliminares e de preparação incluem, conforme previsto nas peças técnicas, limpeza, mobilização, sinalização provisória, isolamento, conferência de elementos estruturais e demais serviços necessários à execução de vedações, esquadrias, cobertura, instalações, acabamentos e sistemas complementares.

Antes da execução das etapas definitivas, deverão ser verificadas interferências com estruturas existentes, redes eventualmente implantadas, instalações, reservatórios, áreas externas, acessos, drenagem, elementos de cobertura e demais componentes do entorno. Qualquer incompatibilidade identificada deverá ser registrada e submetida à fiscalização, evitando retrabalho, glosa, atraso ou execução em desacordo com o projeto.

#### **5.8. Cobertura, esquadrias, acabamentos e instalações prediais**

A execução dos serviços de cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos, pinturas e acabamentos constitui frente central da solução, pois tais componentes condicionam a proteção da edificação, a durabilidade dos elementos já executados, a salubridade dos ambientes e o atendimento aos usuários. A execução deverá observar as especificações do projeto FNDE, os quantitativos da planilha e os padrões de qualidade exigidos.

As instalações prediais deverão ser executadas de modo a garantir funcionamento, segurança e integração entre sistemas hidráulicos, sanitários, pluviais, elétricos, SPDA, gás, climatização, rede estruturada, exaustão mecânica e prevenção contra incêndio. Cada sistema deverá ser testado, documentado e aceito pela fiscalização antes do recebimento definitivo.

Os ambientes internos e externos deverão observar normas de acessibilidade, segurança, salubridade e conforto, cabendo à fiscalização verificar a compatibilidade entre o executado, o projeto e as condições finais de uso por crianças, profissionais, servidores, responsáveis e demais usuários autorizados.

#### **5.9. Sistemas de segurança, acessibilidade e dispositivos complementares**



A solução compreende a execução, recuperação ou adequação de sistemas de prevenção e combate a incêndio, sinalizações, rotas acessíveis, dispositivos de drenagem pluvial, áreas externas, reservatório, elementos complementares e demais componentes previstos nas peças técnicas. O detalhamento quantitativo e a especificação dos itens encontram-se nos anexos técnicos e deverão orientar a execução, a fiscalização e a medição.

Os sistemas de segurança, acessibilidade, instalações e áreas externas deverão contribuir para o uso seguro da unidade educacional, devendo ser executados em conformidade com o projeto e com as normas técnicas aplicáveis. A contratada deverá assegurar instalação adequada, acabamento, visibilidade, resistência, funcionalidade e compatibilidade com o uso público.

Os dispositivos de drenagem pluvial, instalações, reservatório, equipamentos fixos e demais elementos complementares deverão atender às necessidades da obra, observando declividades, estanqueidade quando aplicável, fixação, proteção, adequação de materiais e funcionalidade. Ao final da execução, deverão ser realizadas conferências e registros que permitam o aceite pela fiscalização.

#### **5.10. Áreas externas, serviços complementares, limpeza e entrega final**

A intervenção deverá contemplar os elementos construtivos e complementares previstos nos anexos, incluindo áreas externas, reservatório, instalações, equipamentos fixos, recomposição de áreas afetadas e demais componentes necessários ao funcionamento adequado da creche.

Os elementos complementares deverão ser executados com adequada fixação, estabilidade, resistência, acabamento e localização, garantindo uso seguro e compatível com a finalidade pública da unidade educacional. Ao final, todos os ambientes deverão ser conferidos, limpos e preparados para recebimento.

Sempre que tecnicamente possível, deverá ser preservada a vegetação existente e recompostas as áreas afetadas pela obra, observando-se o manejo adequado de resíduos e a organização final do canteiro.

#### **5.11. Acabamentos, limpeza, desmobilização e entrega final**

A fase final da solução compreenderá os acabamentos, testes das instalações, limpeza geral, retirada de materiais excedentes, desmobilização do canteiro, recomposição de áreas afetadas, organização da documentação técnica e preparação do objeto para recebimento provisório.

Antes da entrega final, deverão ser verificados acabamento, funcionamento das instalações, segurança contra incêndio, SPDA, acessibilidade, estanqueidade, drenagem pluvial, pintura, limpeza, destinação de resíduos, integridade dos equipamentos fixos e compatibilidade com as peças técnicas.

A conclusão da obra deverá ser acompanhada de relatório final, registros fotográficos, termos de recebimento, ARTs/RRTs, documentos de garantia, resultados de testes quando aplicáveis e demais elementos necessários à prestação de contas.

#### **5.12. Responsabilidade técnica, fiscalização e controle de qualidade**

A execução deverá ser acompanhada por responsável técnico habilitado, com emissão de ART/RRT correspondente, cabendo à contratada manter equipe compatível com o porte da obra e com as frentes de serviço previstas no cronograma.



A Administração deverá designar gestor e fiscal do contrato, preferencialmente com apoio técnico de engenharia, para verificar execução, qualidade, quantitativos, medições, registros fotográficos, relatórios, testes e correções necessárias.

A contratada deverá manter diário de obra atualizado, registrar ocorrências, informar condições climáticas, equipe, equipamentos, materiais utilizados, serviços executados e determinações da fiscalização.

Sempre que forem constatadas não conformidades, caberá à contratada promover correções, substituições, refazimentos ou complementações, sem ônus adicional à Administração quando decorrentes de falha de execução, material inadequado ou descumprimento das especificações.

### **5.13. Critérios de medição e pagamento**

As medições deverão observar as quantidades efetivamente executadas, a conformidade técnica, os preços unitários contratados, a aprovação da fiscalização e a documentação comprobatória necessária à liquidação da despesa.

Não deverá haver pagamento por serviço não executado, executado parcialmente sem aceite, realizado em desconformidade com as especificações ou sem comprovação adequada.

A remuneração por preço unitário, associada ao julgamento pelo menor preço global, permite conciliar unidade de contratação com controle de quantitativos, evitando pagamento por etapas inexistentes e viabilizando glosas quando necessário.

### **5.14. Garantia, recebimento e responsabilização**

A contratada responderá pela qualidade, segurança e durabilidade dos serviços executados, inclusive por vícios, defeitos, falhas de materiais, inadequações construtivas, danos causados ao patrimônio público ou a terceiros e desconformidades identificadas durante a execução ou após o recebimento, observadas as garantias legais e contratuais aplicáveis às obras de engenharia.

O recebimento provisório deverá ocorrer mediante conferência preliminar da obra executada, verificação dos serviços concluídos, análise das medições, identificação de pendências e registro formal das condições de entrega.

O recebimento definitivo somente deverá ocorrer após saneamento das pendências, apresentação da documentação exigida, confirmação de funcionamento dos sistemas e verificação de que a unidade educacional se encontra apta à utilização.

Controle necessário	Finalidade	Momento de verificação
<b>Projeto e anexos atualizados no canteiro</b>	<b>Evitar execução em desacordo com as peças aprovadas.</b>	<b>Antes e durante toda a execução.</b>
Diário de obra e registros fotográficos	Comprovar evolução física, ocorrências e etapas executadas.	Diariamente ou por frente de serviço.
Medições por item da planilha	Vincular pagamento ao quantitativo efetivamente executado.	A cada medição aprovada.
Controle de resíduos e limpeza	Assegurar sustentabilidade, segurança e organização do canteiro.	Durante execução e encerramento.
Verificações de instalações, acessibilidade, combate a incêndio e SPDA	Comprovar funcionamento dos sistemas, segurança da edificação e conformidade dos elementos executados.	Antes do recebimento.



Relatório final e documentos de recebimento	Subsidiar encerramento contratual e prestação de contas.	Na conclusão da obra.
---	--	-----------------------

### **5.15. Da forma de execução dos Serviços**

A execução deverá gerar documentação suficiente para demonstrar a compatibilidade entre projeto, orçamento, cronograma, medições, registros fotográficos, notas fiscais, relatórios, ARTs/RRTs, testes, recebimentos e aplicação dos recursos do Termo de Compromisso nº 202002960-1.

A execução dos serviços será realizada mediante emissão de Ordem de Serviço, planejamento prévio e realização das frentes de obra conforme cronograma aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Projeto Básico.

A organização documental é requisito essencial para resguardar a Administração, subsidiar o controle interno, permitir a análise do FNDE e demonstrar a regularidade da aplicação dos recursos públicos federais e municipais.

As atividades deverão ser realizadas com qualidade técnica, pontualidade, organização, materiais adequados, recursos operacionais compatíveis e observância às normas técnicas, ambientais, prediais e de segurança aplicáveis.

A contratada deverá fornecer, quando solicitado, documentos técnicos, certificados, manuais, garantias, resultados de ensaios ou testes, declarações de destinação de resíduos e demais elementos necessários ao encerramento contratual e à prestação de contas.

A contratada deverá providenciar mobilização, canteiro, equipe técnica, equipe operacional, equipamentos, materiais, sinalização provisória, controle de resíduos, registros de execução, boletins de medição e relatório final, sem prejuízo das demais obrigações previstas no instrumento convocatório.

### **5.16. Gestão de riscos técnicos e operacionais**

Em caso de impedimento técnico, inadequação de material, falha executiva, atraso ou qualquer intercorrência que comprometa a execução, a contratada deverá adotar providências compatíveis com a necessidade administrativa, garantindo continuidade, segurança e qualidade da obra.

A Administração deverá acompanhar continuamente riscos de atraso, incompatibilidade entre projeto e execução existente, deterioração de serviços já realizados, insuficiência de equipe, falhas de fornecimento, período chuvoso, interferências no canteiro e necessidade de correções.

A utilização das unidade educacional e áreas externas deverá observar a destinação definida pela Administração, o isolamento das áreas em execução, a proteção dos usuários, a comunicação com a comunidade e a organização das frentes de serviço.

A contratada deverá apresentar planejamento executivo compatível com o cronograma físico-financeiro, indicando frentes de serviço, sequência de execução, equipe, equipamentos e providências de segurança.

A Administração poderá recusar etapa, material, equipamento, serviço ou produto que não atenda às especificações, apresente incompatibilidade com o projeto, descumpra normas técnicas ou não demonstre desempenho adequado.

Eventuais alterações técnicas deverão ser previamente justificadas, formalizadas e autorizadas, vedada a execução de serviços diversos do objeto pactuado ou incompatíveis com o projeto FNDE.



As ordens de serviço, comunicações, notificações, solicitações de correção, aprovações de medições e demais atos de gestão contratual poderão ser realizados por meio eletrônico, especialmente pelo endereço de e-mail informado pela contratada em sua proposta comercial, considerando-se recebida a comunicação no primeiro dia útil subsequente ao envio.

#### **5.17. Gestão e fiscalização da solução**

A execução será acompanhada por servidores designados por ato próprio, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato verificar o cumprimento das obrigações, registrar ocorrências, atestar medições, exigir correções, avaliar a conformidade técnica e adotar providências administrativas quando necessário.

A contratada deverá manter controle individualizado das etapas executadas, com registros por frente de serviço, data, equipe, materiais empregados, quantitativos, fotografias, ocorrências e documentos de apoio necessários à conferência da fiscalização.

A contratada deverá atender prontamente às exigências da Administração, promovendo correções, substituições, reforços de equipe, adequações de método executivo ou complementações documentais sempre que necessário ao atendimento do objeto.

O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência preliminar da obra executada, verificação dos serviços concluídos, análise das medições, identificação de pendências e registro formal das condições de entrega.

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade integral do objeto, saneamento de eventuais pendências, apresentação da documentação exigida e confirmação de que a unidade educacional se encontra apta ao funcionamento.

Constatada desconformidade, a Administração comunicará a contratada para correção no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo de glosas, penalidades ou demais medidas previstas no edital e no contrato.

O aceite do serviço não exime a contratada de responder por vícios, falhas, defeitos, danos ou desconformidades identificadas posteriormente, observadas as garantias legais e contratuais aplicáveis às obras de engenharia.

#### **5.18. Subcontratação.**

Considerando a natureza do objeto, consistente na conclusão de obra de edificação escolar padrão FNDE, com serviços interdependentes, tecnicamente encadeados e diretamente relacionados à qualidade final da solução contratada, entende-se adequada a admissão de subcontratação parcial, desde que limitada a parcelas acessórias, complementares ou especializadas do objeto, vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo da obra.

A conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1 exige controle rigoroso de execução, abrangendo mobilização de equipe, compatibilização com serviços já executados, instalações prediais, acabamentos, testes, limpeza final e demais serviços correlatos. Trata-se de atividade que demanda coordenação contínua entre etapas, compatibilidade entre materiais, equipamentos e mão de obra, além de acompanhamento técnico permanente por profissional habilitado. Por essa razão, eventual subcontratação somente poderá ocorrer quando não comprometer a unidade técnica, operacional e contratual da execução.





A subcontratação parcial, quando previamente autorizada pela Administração, poderá abranger serviços de natureza complementar, instrumental ou especializada, desde que não correspondam às parcelas essenciais do objeto, não esvaziem a responsabilidade técnica e operacional da contratada principal e não impliquem transferência substancial da execução contratual. Fica expressamente vedada a subcontratação total do objeto, bem como a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, especialmente aquelas utilizadas para fins de comprovação da qualificação técnica exigida no procedimento licitatório.

A admissão de subcontratação ampla ou sem controle poderia fragilizar a fiscalização da Administração, dificultar a identificação de responsabilidades em caso de falhas construtivas, atrasos, inconformidades técnicas, vícios de execução, problemas de acabamento ou necessidade de refazimento dos serviços. Também poderia comprometer a rastreabilidade das etapas executadas, das medições, dos registros técnicos e da responsabilização da empresa contratada perante a Administração.

Além disso, a futura contratada deverá demonstrar, no procedimento licitatório, capacidade técnica e operacional suficiente para executar o objeto principal, de modo que a subcontratação de parcelas relevantes da obra poderia esvaziar a finalidade das exigências de qualificação técnica, especialmente quanto à comprovação de experiência compatível com obras de edificação escolar e serviços correlatos.

A subcontratação parcial, quando admitida, não afastará nem reduzirá a responsabilidade integral da contratada perante a Administração, que continuará responsável pela qualidade, segurança, prazos, conformidade técnica, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, correções, refazimentos, garantias e demais encargos relacionados à execução contratual. A empresa subcontratada não manterá relação jurídica direta com a Administração, cabendo à contratada principal responder por todos os atos, omissões, falhas ou inadimplementos decorrentes da parcela subcontratada.

A autorização da subcontratação deverá ser formal, prévia e motivada, condicionada à apresentação, pela contratada, da identificação da subcontratada, da descrição da parcela a ser executada, da comprovação de compatibilidade técnica, fiscal e operacional, quando exigível, e da demonstração de que a subcontratação não recai sobre parcela de maior relevância técnica ou de valor significativo. A Administração poderá recusar a subcontratação quando identificar risco à execução, à fiscalização, à qualidade da obra, à competitividade do certame ou à adequada responsabilização contratual.

A admissão controlada da subcontratação parcial não compromete a competitividade do certame e pode contribuir para a adequada execução de serviços específicos, especializados ou complementares, sem prejuízo da responsabilidade unitária da contratada principal. O objeto permanece comum no mercado de obras de construção civil e pode ser executado por empresas especializadas no ramo de edificações, dotadas de equipe, equipamentos, capacidade técnica e estrutura operacional compatíveis com a demanda.

Dessa forma, a autorização de subcontratação parcial, com vedação expressa à subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo da obra, revela-se medida proporcional, tecnicamente justificável e adequada ao interesse público, pois permite maior flexibilidade operacional em serviços acessórios ou especializados, sem comprometer a qualidade da obra, a segurança da execução, a clareza da responsabilização contratual, a eficiência da fiscalização e a adequada aplicação dos recursos públicos.

#### **5.19. Da vigência da contratação**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir de sua assinatura, e o prazo de execução da obra será de 6 (seis) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, conforme Projeto Básico, cronograma físico-financeiro aprovado e exigências vinculadas ao Termo de Compromisso nº 202002960-1.



A presente contratação caracteriza-se como contrato por escopo, uma vez que a obrigação principal da contratada consiste na entrega de obra certa, completa e funcional, devidamente executada e recebida pela Administração.

Diferentemente dos serviços de natureza contínua, a contratação não se destina à prestação permanente e sucessiva de atividades, mas à execução de objeto determinado, com etapas definidas e entrega final verificável.

Assim, a definição da vigência contratual deverá considerar a necessidade de mobilização, execução, medição, correção de pendências, recebimento provisório, recebimento definitivo e encerramento administrativo do contrato.

Caso o objeto não seja concluído dentro do prazo inicialmente pactuado por motivo não imputável à contratada ou por situação devidamente justificada, a vigência poderá ser prorrogada na forma da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de responsabilidades quando cabível.

Dessa forma, a vigência deverá ser fixada de modo suficiente para assegurar a conclusão da obra, a regular fiscalização, o saneamento de pendências e a formalização do recebimento definitivo, preservando-se o interesse público e a correta aplicação dos recursos federais e municipais.

## **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES**

6.1. As quantidades foram fixadas a partir dos levantamentos técnicos da obra, das peças que integram o Projeto Básico, das memórias de cálculo, das planilhas orçamentárias atualizadas, do cronograma físico-financeiro, do percentual executado aproveitável registrado no SIMEC e das exigências constantes do Termo de Compromisso nº 202002960-1.

6.2. A estimativa adotada indica a execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, contemplando todos os serviços necessários ao atendimento do objeto, conforme planilhas anexas ao processo.

6.3. Ressalta-se que os quantitativos representam estimativas técnicas para fins de planejamento, licitação e contratação, podendo a execução ser aferida por medições, conforme os serviços efetivamente realizados e aprovados pela fiscalização.

6.4. A formação do valor estimado observou composições de custos extraídas de sistemas oficiais e bases complementares, especialmente SINAPI com desoneração 03/2026, CPOS 04/2026, ORSE 02/2026, SEINFRA 028, BDI de 27,13% e encargos sociais de 98,31% e 58,66%, ajustados às especificações do Projeto Básico.

6.5. A definição dos custos deverá considerar materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, encargos, administração local, mobilização, desmobilização, destinação de resíduos, limpeza final, garantias, BDI e demais componentes necessários à execução integral do objeto.

6.6. Assim, as quantidades previstas constituem base técnica para fins de licitação e execução contratual, cabendo à Administração acompanhar as medições e autorizar pagamentos apenas em relação às etapas efetivamente executadas, compatíveis com o projeto e devidamente atestadas.

6.7. A pesquisa preliminar de preços foi realizada com base nas planilhas técnicas do processo, em referências oficiais de custos de obras públicas e nos documentos orçamentários vinculados ao Termo de Compromisso nº 202002960-1, observando os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, conforme documentação constante dos autos e tabela em anexo:



ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTD.	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, Município de Vitorino Freire/MA, vinculada ao Termo de Compromisso nº 202002960-1, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, planilhas, memórias de cálculo, cronograma físico-financeiro, ART de orçamento e demais anexos técnicos.	1	Obra	3.152.415,08	3.152.415,08
<b>Valor Global</b>					<b>3.152.415,08</b>

6.8. Quando da elaboração do Termo de Referência e do edital, deverá ser verificado se a pesquisa de mercado e a planilha orçamentária atendem aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, especialmente quanto à atualidade das referências, compatibilidade dos serviços, metodologia, memória de cálculo, BDI, encargos sociais e assinatura por profissional habilitado.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

**7.1.** Optou-se pela estruturação da contratação por preço global, com regime de execução por empreitada por preço unitário, considerando que a solução pretendida envolve a execução integrada de obra pública de engenharia, com etapas interdependentes, projeto único, responsabilidade técnica comum, cronograma físico-financeiro coordenado e necessidade de entrega final funcional da Creche Pré-Escola Tipo 1.

**7.2.** Embora o objeto compreenda diferentes frentes de serviço, tais como administração local, serviços preliminares, fundações, superestrutura, vedações, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações prediais, SPDA, combate a incêndio, climatização, rede estruturada, serviços complementares e limpeza final, verifica-se que todos integram uma mesma finalidade administrativa: concluir a unidade educacional padrão FNDE. Dessa forma, a execução integrada por um único fornecedor tende a proporcionar maior coerência técnica e melhor organização da obra.

**7.3.** A adoção do julgamento por preço global favorece a obtenção de economia de escala, uma vez que permite ao fornecedor dimensionar equipe, equipamentos, materiais, logística, mobilização, canteiro e administração local de forma conjunta. Esse modelo pode resultar em propostas economicamente mais vantajosas, pois reduz custos administrativos e operacionais que seriam majorados caso cada frente fosse executada isoladamente por fornecedores distintos.

**7.4.** Além disso, a execução global facilita o gerenciamento da obra pela Administração, concentrando a comunicação, o controle de execução, a fiscalização, a cobrança de providências, a aplicação de glosas e a responsabilização contratual em uma única relação jurídica. Tal medida contribui para maior clareza na gestão do contrato, evita sobreposição de responsabilidades e reduz a complexidade administrativa decorrente da existência de múltiplos prestadores atuando simultaneamente.

**7.5.** O parcelamento do objeto, embora possa ampliar a competitividade em determinados cenários, apresenta riscos operacionais relevantes no caso concreto. A eventual contratação de fornecedores distintos para diferentes frentes poderia gerar dificuldades de coordenação, divergência nos padrões de acabamento, incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade, maior complexidade na fiscalização e fragmentação da unidade da obra.

**7.6.** Também poderiam ocorrer problemas práticos relacionados à execução simultânea ou sequencial das etapas, especialmente em serviços que demandem integração entre estrutura, cobertura, vedações, es-



quadrias, instalações, acabamentos, acessibilidade, segurança contra incêndio, SPDA e serviços complementares. A gestão pulverizada poderia dificultar o alinhamento técnico, comprometer a qualidade final e aumentar o risco de descontinuidade parcial do objeto.

**7.7.** Outro aspecto relevante é que a conclusão da creche não se limita à simples execução de itens isolados, envolvendo também diagnóstico das condições existentes, planejamento, compatibilização das etapas, gestão de resíduos, controle de qualidade, medições, limpeza final e entrega funcional da unidade educacional. Esses elementos recomendam tratamento integrado da solução, a fim de assegurar uniformidade, eficiência e maior segurança na execução.

**7.8.** A adoção do preço global também permite melhor planejamento contratual, pois possibilita à Administração estabelecer padrões únicos de medição, recebimento, aceite, fiscalização, glosa e penalidades, evitando interpretações divergentes entre diferentes contratados. Com isso, preserva-se maior coerência na execução e maior efetividade no acompanhamento das obrigações assumidas.

**7.9.** Registra-se que a concentração do objeto não tem por finalidade restringir a competitividade, mas sim garantir que a solução seja executada de forma coordenada e compatível com a necessidade administrativa identificada. A natureza integrada da obra, a necessidade de compatibilização técnica e a importância da responsabilização contratual única justificam a adoção de modelo global, desde que as exigências de habilitação e qualificação sejam proporcionais e compatíveis com o objeto.

**7.10.** Dessa forma, conclui-se que, no presente caso, a contratação por preço global, com execução por preço unitário, se mostra mais adequada ao interesse público, por favorecer a economia de escala, simplificar o gerenciamento da obra, reduzir riscos operacionais decorrentes da fragmentação da execução e assegurar maior eficiência, padronização, continuidade técnica e controle na conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1.

## **8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**8.1.** A presente contratação guarda relação com a política municipal de educação, infraestrutura escolar e cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Compromisso nº 202002960-1, não tendo sido identificadas contratações interdependentes cuja ausência inviabilize, por si só, a execução do objeto.

**8.2.** A execução do objeto possui relação técnica e administrativa com o contrato anteriormente firmado para construção da creche, posteriormente distratado amigavelmente, bem como com eventuais serviços de apoio técnico de engenharia, gerenciamento e assessoria técnica que auxiliem a Administração na fiscalização, análise de medições e verificação de compatibilidade com as peças técnicas.

**8.3.** Contudo, a existência de eventual apoio técnico não afasta a responsabilidade integral da futura contratada pela execução direta, completa e adequada das etapas previstas para a conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1.

**8.4.** Assim, caberá à Administração assegurar a adequada articulação entre a fiscalização municipal, eventual equipe de apoio técnico, o FNDE e a futura contratada, garantindo acesso ao canteiro, acompanhamento das etapas, registros de execução, conferência das medições e compatibilidade entre projeto, execução e prestação de contas.

**8.5.** Registra-se que eventuais serviços de apoio, comunicação, limpeza complementar, vigilância ou manutenção posterior possuem natureza acessória, não condicionando a viabilidade técnica da presente contratação.

## **9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANEJAMENTO**



**9.1.** Embora não tenha sido elaborado Plano de Contratações Anual específico para o exercício de 2026, conforme DFD nº 34/2026, a presente contratação está alinhada às demandas da Secretaria Municipal de Educação, à Lei Orçamentária Anual vigente, ao planejamento institucional da Administração e às obrigações assumidas no Termo de Compromisso nº 202002960-1, destinado à conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, no Bairro Oseas Castro.

**9.2.** A despesa deverá observar a Lei Orçamentária Anual vigente, com indicação de dotação compatível com obras de infraestrutura educacional, construção de unidade escolar, convênios ou instrumentos federais vinculados à educação ou ações correlatas, conforme classificação orçamentária a ser informada pela área competente.

**9.3.** A iniciativa insere-se nas diretrizes estratégicas da gestão municipal voltadas à ampliação da oferta de vagas na educação infantil, valorização da comunidade atendida, fortalecimento da infraestrutura escolar, cumprimento de obrigações perante o FNDE e correta aplicação dos recursos públicos vinculados.

**9.4.** Assim, ainda que não haja registro formal no PCA, a contratação possui fundamento em necessidade pública relevante e em demanda formalizada pela unidade requisitante, sendo compatível com o planejamento institucional, educacional e orçamentário do Município de Vitorino Freire/MA.

## **10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1.** A implementação da solução proposta para conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, localizada no Bairro Oseas Castro, tem por finalidade alcançar resultados concretos de ampliação da infraestrutura educacional, aumento da capacidade de atendimento da educação infantil, proteção do investimento público já realizado e regularização da obra vinculada ao FNDE.

**10.2.** Pretende-se concluir física e funcionalmente a unidade educacional, mediante execução dos serviços remanescentes definidos nas peças técnicas, incluindo estrutura e vedações remanescentes, cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos, pinturas, instalações prediais, SPDA, combate a incêndio, áreas externas, serviços complementares e limpeza final.

**10.3.** Busca-se estabelecer condições adequadas de funcionamento da creche, permitindo que a edificação atenda sua finalidade de acolher crianças da rede pública municipal de ensino em ambiente seguro, acessível, salubre, funcional e compatível com o projeto FNDE.

**10.4.** Espera-se melhorar as condições de atendimento educacional, reduzindo o déficit de infraestrutura escolar e ampliando a capacidade municipal de ofertar vagas na educação infantil.

**10.5.** A contratação deverá proporcionar ambiente mais seguro e adequado para crianças, profissionais da educação, servidores, responsáveis e demais usuários autorizados, observadas as normas de acessibilidade, prevenção contra incêndio, instalações prediais e segurança da edificação.

**10.6.** Pretende-se assegurar acessibilidade e mobilidade interna nos ambientes contemplados, com rotas de circulação, sanitários, rampas, pisos, sinalizações e demais elementos previstos no projeto.

**10.7.** A intervenção deverá contribuir para que a unidade seja utilizada de forma segura e eficiente, garantindo melhores condições de acesso, permanência, circulação e atendimento para todos os usuários.

**10.8.** Espera-se promover a valorização da infraestrutura local e da rede municipal de ensino, por meio da conclusão de equipamento público destinado à primeira infância.





**10.9.** A conclusão da edificação, a execução das instalações, a implantação dos sistemas de segurança e a limpeza final deverão tornar a unidade segura, durável e adequada ao uso cotidiano da comunidade escolar.

**10.10.** Busca-se fortalecer a política pública de educação infantil, apoiar as famílias, ampliar o acesso a serviços educacionais e melhorar as condições de atendimento às crianças do Bairro Oseas Castro e demais áreas atendidas.

**10.11.** No caso específico do Bairro Oseas Castro, a conclusão da creche deverá favorecer a oferta de vagas, reduzir deslocamentos para atendimento educacional e ampliar a qualidade da infraestrutura pública municipal.

**10.12.** No aspecto ambiental, pretende-se assegurar o manejo adequado dos resíduos da construção civil, o controle de poeira e ruídos, a destinação ambientalmente correta dos materiais removidos, a racionalização do uso de insumos, a proteção das áreas adjacentes e o atendimento às licenças, autorizações e aprovações cabíveis.

**10.13.** A adoção dessas medidas deverá mitigar os impactos temporários da obra e promover uma intervenção mais sustentável, compatível com as exigências ambientais aplicáveis.

**10.14.** Espera-se ampliar a durabilidade da infraestrutura educacional executada, uma vez que a execução técnica, em conformidade com o projeto, as especificações e as normas aplicáveis, tende a reduzir a necessidade de manutenções corretivas frequentes.

**10.15.** A execução adequada dos elementos estruturais, da cobertura, das instalações, dos acabamentos, dos sistemas de segurança e dos serviços complementares deverá contribuir para ampliar a vida útil da obra e otimizar a aplicação dos recursos públicos.

**10.16.** A contratação também poderá gerar reflexos econômicos positivos durante a execução, especialmente pela movimentação da cadeia produtiva da construção civil, pela demanda por mão de obra, materiais, transporte, equipamentos e serviços auxiliares.

**10.17.** Sempre que possível e compatível com a execução contratual, o aproveitamento de fornecedores e trabalhadores locais poderá contribuir para a circulação de renda no município e para o fortalecimento da economia local.

**10.18.** Por fim, espera-se que a unidade educacional concluída passe a oferecer melhores condições de atendimento à população, superando o quadro atual de paralisação da obra e promovendo ganhos permanentes para a educação infantil municipal.

**10.19.** Assim, os resultados pretendidos abrangem a conclusão física da creche, a ampliação da oferta de vagas, o aumento da segurança e da acessibilidade, a valorização da infraestrutura educacional, a preservação ambiental, o fortalecimento da política pública de educação infantil, a ampliação da durabilidade e a correta aplicação dos recursos públicos.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

**11.1.** Deverão ser adotadas as providências típicas de gestão e fiscalização contratual, incluindo revisão final do Projeto Básico, conferência das planilhas e memórias de cálculo, validação do percentual executado aproveitável, designação de gestor e fiscal do contrato, aprovação do cronograma físico-financeiro, obtenção/validação das licenças e autorizações cabíveis, confirmação da autorização de uso de saldo quando aplicável, indicação de dotação orçamentária, análise jurídica, elaboração do edital e acompanhamento das etapas de execução, medição, recebimento e prestação de contas.



## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Dentre os possíveis impactos ambientais para esta contratação, é possível mensurar os seguintes:

IMPACTOS AMBIENTAIS		
N.º	IMPACTO AMBIENTAL IDENTIFICADO	ANÁLISE DO IMPACTO E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
1	Geração de resíduos sólidos da construção civil	Impacto típico de serviços preliminares, recomposições, acabamentos, instalações e limpeza. Deve ser implantado controle de resíduos, com segregação, acondicionamento, reaproveitamento, reciclagem e destinação ambientalmente adequada.
2	Emissão de poeira e partículas	Impacto temporário decorrente de transporte de materiais, movimentação no canteiro, cortes, demolições pontuais e execução de acabamentos. Deve haver umidificação quando necessária, cobertura de materiais, limpeza das áreas adjacentes e controle de circulação.
3	Ruídos e vibrações de máquinas e equipamentos	Impacto pontual durante execução das obras. Deve-se realizar manutenção preventiva dos equipamentos, restringir atividades mais ruidosas a horários adequados e adotar comunicação prévia quando necessário.
4	Interferência temporária no entorno da obra	A obra poderá exigir isolamento de áreas, limitação temporária de acesso ao canteiro e organização de circulação local. A mitigação envolve planejamento das frentes de serviço, sinalização provisória e comunicação clara.
5	Risco de acidentes com trabalhadores ou terceiros	Pode ocorrer em razão de áreas abertas, equipamentos, materiais, instalações provisórias e circulação no canteiro. Devem ser adotados EPI, EPC, isolamento, sinalização e controle de acesso.
6	Risco de infiltrações, empoçamentos ou carreamento de sedimentos	Chuvas podem provocar danos a áreas abertas, materiais e serviços em execução. Devem ser adotadas proteções provisórias, drenagem temporária, limpeza e monitoramento meteorológico.
7	Consumo de água, energia e insumos naturais	O uso de materiais de construção, água, energia e transporte é inerente à obra. Deve-se promover uso racional de recursos, planejamento de compras e controle de perdas.
8	Supressão ou manejo de vegetação e áreas adjacentes	Caso haja necessidade de intervenção em vegetação ou áreas adjacentes, a medida deve ser tecnicamente justificada, limitada ao indispensável, autorizada quando exigível e acompanhada de recomposição.
9	Risco de descarte inadequado de embalagens e materiais	Embalagens, sobras de materiais, madeira, metal, plástico e outros resíduos devem ser segregados e destinados corretamente, com registro documental quando exigível.
10	Impacto visual e organização da frente de obra	A presença de máquinas, tapumes e materiais pode gerar impacto visual temporário. Devem ser adotados cercamento, limpeza periódica, organização de materiais e remoção de resíduos ao final de cada etapa.
11	Riscos à segurança de usuários futuros da edificação	A entrega da unidade exige testes, limpeza, conferência de instalações, segurança contra incêndio, acessibilidade e recebimento formal para prevenir riscos durante a utilização.

12.2. Os impactos ambientais identificados são próprios de obras de construção civil e conclusão de edificação escolar, concentrando-se principalmente na fase de execução. Não se verifica impacto ambiental que impeça a contratação, desde que sejam adotadas medidas de controle de resíduos da construção civil, mitigação de poeira e ruído, uso racional de recursos, proteção da população, gestão adequada do canteiro e cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

## 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Com base no que foi apresentado, declara-se que a contratação de empresa especializada



para execução dos serviços remanescentes da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, vinculada ao Termo de Compromisso nº 202002960-1, revela-se adequada ao atendimento do interesse público, desde que observadas as peças técnicas, o orçamento atualizado, os requisitos legais, a fiscalização contratual, as condições de execução e as exigências do FNDE.

**13.2.** Com ressalva de seus anexos e de eventuais informações protegidas por sigilo legal, o presente documento é público nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, cabendo à autoridade competente decidir sobre a divulgação de informações sensíveis, quando houver.

**13.3.** Encaminhamos o presente Estudo com seus anexos à Autoridade Competente para deliberação.

Vitorino Freire - MA, 05 de maio de 2026

Responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

José Ramires do Vale Mecenas, matrícula n. 3059

Reginaldo Ferreira do Nascimento, matrícula n. 1216